

Voto impresso, democracia e polícia

Entender o que se pretende com o voto impresso é o grande desafio. Por que adotar o voto impresso? O que ele significa?



Glauco Silva de Carvalho
11 de agosto de 2021

SAULO ANGELO/FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Manifestação pró-Bolsonaro em Copacabana pede voto impresso em 2022

Achei, sinceramente, que a democracia estava sedimentada no Brasil, sólida como uma rocha e vicejante como um dia de verão. Mas errei! A democracia não está enraizada no cotidiano brasileiro, no dia a dia, nas relações humanas, no convívio profissional, na convivência doméstica. Ainda temos um “pocadinho” para chegar lá. Mas chegaremos. Sou hoje mais otimista do que seis meses atrás.

Victor Nunes Leal, jurista que fora ministro do Supremo Tribunal Federal, publicou livro, há mais de 70 anos, precisamente em 1949, retratando o funcionamento do que poderíamos denominar “democracia” brasileira. *Coronelismo, enxada e voto* é, a meu ver, um dos mais importantes livros ou trabalhos da Ciência Política brasileira. Muito provavelmente, essa obra seja uma das precursoras do estudo concreto e real da política nacional. Não aquela que os livros e compêndios jurídicos desejavam, mas a que retratava a verdade nua e crua de uma democracia em sua completa degenerescência.

Leal retrata a primeira metade do século 20, evidenciando as peculiaridades do voto, das eleições e da escolha dos representantes populares. Nesse período, só tivemos eleições na Primeira República (1889-1930) e com o término do Estado Novo (1946), já em uma outra conjuntura (populismo).

Especialmente na Primeira República, vicejou o chamado “voto de cabresto”. Leal afirma categoricamente que as “características secundárias do sistema ‘coronelistas’, como seja, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (*Coronelismos, enxada e voto*, 2ª edição, p. 20, grifos nossos). E ele nos ensina como eram fraudadas as eleições: “o sigilo do voto, apesar de ser proclamado várias vezes na legislação anterior [de 1916], era então burlado por diferentes processos. O mais frequente consistia em usarem os partidos sobrecartas de tamanho, formato e cor diferentes. Assim, ao ser depositado na urna, à vista de todos, o voto era perfeitamente identificável” (obra citada, p. 232). Havia tantas outras formas que foram utilizadas.

A história do voto e da democracia no Brasil é trágica. As pretensas reformas eleitorais, do início do século 20, almejavam, em grande parte, a instituição do voto secreto e a supremacia do Judiciário na supervisão da apuração eleitoral, reformas estas que só ocorreram com o fim da República Velha, pós-1930 (Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, 9ª edição, 1993, p. 602-654).

Entender o que se pretende com o chamado voto impresso é o grande desafio que se nos propõe neste exato momento. A pergunta que se nos deve ser feita é: por que adotar o voto impresso e o que ele significa?

O voto impresso significará e implicará grande retrocesso à vida política brasileira. Significará que lideranças políticas perversas, nos rincões deste País, terão como controlar seu curral eleitoral, seja nas paupérrimas regiões da caatinga, seja nas miseráveis favelas dominadas por facções criminosas ou milícias. Implicará o retrocesso de um século, a formação de hordas de dependentes políticos, a criação de currais com domínio pleno do voto, o controle absoluto da “vontade” popular, que deixará de existir.

Com o voto impresso, o “coronel” ou o “chefe da milícia” terão como verificar se eleitores de determinada área votaram segundo a “orientação” por eles proferida. As pessoas serão obrigadas a entregar seu voto em troca de um favor (indicação para um cargo, cesta básica, calçado, óculos etc.) ou em troca de sua vida ou liberdade (no caso das facções e milícias). O voto será auditável não pelo eleitor ou pelo poder público, mas pelo que existe de mais perverso no mundo político ou social do Brasil.

E não se deve olvidar que a corrupção política leva, inexoravelmente, em um país como o Brasil, à corrupção policial. Os “donos do poder” terão a seu dispor instrumentos jurídicos e políticos para impor seus desideratos e “escolher” aqueles que chefiarão e liderarão as instituições policiais. É evidente que, num quadro como esse, hipoteticamente aqui levantado, não serão os mais éticos, corretos, profissionais e republicanos que exercerão essas funções.

Com o voto impresso, o Brasil retrocede 130 anos!

Tenho para mim que Bolsonaro, ao ter a percepção de que sua reeleição vai se tornando cada vez mais difícil, procura desculpas e artifícios para deslegitimar as eleições, manter seu eleitorado mais fiel cativo de suas propostas e, se for possível, preparar uma intervenção autoritária. A areia de sua ampulheta se esgota rapidamente e seu governo tem poucos resultados a demonstrar, dos quais o país caminha para 600.000 vidas perdidas é um deles.

Como minha avó dizia, numa infância pobre e desprovida de bens materiais, que “tudo que não mata, engorda”. Acho que vamos engordar.

Glauco Silva de Carvalho

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

<https://fontesegura.org.br/politica-e-policia/5an4di9m2d>

